

## O IMPACTO DAS RELIGIÕES SOBRE A AGENDA SOCIAL ATUAL

Bernardo Kliksberg

### I. UM PANORAMA INQUIETANTE

O novo milênio se inicia em meio a grandes contrastes. De um lado, na esfera da ciência e da tecnologia, observamos que os progressos contínuos multiplicaram a capacidade do gênero humano de produzir bens e serviços. As revoluções em numerosos campos – como genética, biotecnologia, ciência dos materiais, computação, cibernética, eletrônica, comunicações e outros – permitiram que nosso planeta esteja hoje em condições potenciais de satisfazer as necessidades de quase o dobro de sua população atual. Tornaram possíveis também o prolongamento, em grau significativo, do espaço de vida útil e da expectativa de vida, bem como a redução a patamares mínimos da mortalidade infantil e da mortalidade materna, além da possibilidade de acesso maciço à educação, com base em tecnologias modernas.

Por outro lado, contudo, dados recentes nos informam que um bilhão e 200 milhões de pessoas se encontram em estado de pobreza extrema, vivendo com menos de um dólar por dia; que três bilhões se situam abaixo da linha de pobreza, ganhando menos de dois dólares diários; que 800 milhões sofrem de fome; um bilhão e 300 milhões não dispõem de água potável; três bilhões carecem de serviços de saneamento; e 2 bilhões não contam com o suprimento de eletricidade. São cruciantes as conseqüências desse estado de coisas. Trinta mil crianças morrem diariamente devido a causas evitáveis, vinculadas à pobreza, ao mesmo tempo que a expectativa de vida, que nos 26 países mais ricos supera os 78 anos, se reduz a somente 53 anos nos 49 países mais pobres. Nada menos que um milhão e 700 milhões perecem a cada ano de enfermidades vinculadas à água contaminada, à falta de higiene ou à carência de outras condições sanitárias básicas. Enquanto nos países mais ricos, somente seis crianças em cada mil morrem antes de completar um ano de vida, tal índice se eleva a 100, nos países mais pobres. De um total de meio milhão de mães que dão à luz anualmente, a parcela de 98% se encontra nos países em desenvolvimento. Além do mais, tais disparidades se tornaram cada vez mais agudas. O quinto da população mundial que vive nos países ricos é dono de 86% do produto bruto mundial, de 82% das exportações, de mais de 95% do crédito, ao passo que o quinto mais pobre só possui 1% de tudo isso. A diferença entre os níveis de renda desses dois quintos, que era de 30 para 1 em 1960, passou a ser de 74 para 1 em 1997, e continua se elevando.

Nessa moldura de oportunidades tão amplas e de carências e desigualdades tão funestas, cabe perguntar: que papel poderão desempenhar as religiões, no sentido de que o desenvolvimento chegue também aos grandes setores da humanidade hoje excluídos?

Além de qualquer hipótese teórica que se possa estabelecer a respeito, não resta dúvida de que as religiões estão atuando diariamente, de modo muito concreto, na luta contra esses problemas. Organizações de base católicas, evangélicas, protestantes, judaicas, muçulmanas, e de todas as outras confissões religiosas, trabalham diuturnamente em prol dos mais desfavorecidos. Na Argentina, por exemplo – em que as políticas aplicadas fizeram com que, num espaço de 12 anos, a cifra de pobreza se elevasse de 33% a 58% do total da população, e onde boa parte da classe média fosse destruída economicamente –, uma vigorosa organização de solidariedade da Igreja Católica, a CARITAS, vem dando proteção a 3 milhões de pessoas, tendo como base 100.000 voluntários. Do mesmo modo, a AMIA, instituição central da comunidade judaica, desenvolveu uma ampla rede de proteção social que presta ajuda a uma de cada três famílias dessa comunidade de pequena classe média arruinada pela crise. No Benin, segundo informa o Banco Mundial (2000), “as entidades filiadas à Igreja representam provavelmente a mais visível e extensa rede de proteção existente”. Situações semelhantes repetem-se em todo o planeta.

As religiões não só estão presentes na vida cotidiana dos pobres como, em diversos casos, se incorporaram ativamente à discussão mundial sobre a globalização e seus impactos econômicos e sociais, bem como sobre o modelo de desenvolvimento desejável.

O Papa Paulo VI (1971) declarou que “constitui um erro dizer que a economia e a ética são distintas e estranhas entre si, e que a primeira não depende de modo algum da segunda”. O Papa João Paulo II (2000), por seu turno, conclamou todos a uma “reflexão nova e mais profunda sobre a natureza da economia e seus propósitos.” O mesmo clamor foi lançado ainda pelo Arcebispo de Canterbury, George Carey, pelo Presidente do Conselho Diretor do Congresso Judaico Mundial, Rabino Israel Singer, além de outras proeminentes personalidades espirituais de todo o mundo.

De onde surge esse novo impulso voltado para um papel proativo no desenvolvimento de diversas religiões de grande influência? Que podemos esperar dele?

O presente trabalho propõe-se abordar esta temática, para o que percorrerá três etapas sucessivas. Em primeiro e segundo lugares, se concentrará no que considera as importantes raízes que este compromisso tem com o desenvolvimento, em duas das religiões mais influentes: o judaísmo e o cristianismo. Para tanto, examinará a posição mantida pelo judaísmo em face da agenda de problemas-chave do desenvolvimento, concentrando-se para isso na visão do Antigo Testamento. Em seguida, reexaminará a doutrina social da Igreja, focalizando as suas expressões atuais. Em terceiro lugar, o trabalho abordará a proposta que emerge das duas religiões com referência ao mundo da globalização e ao desenvolvimento. Dados os limites muito delimitados deste trabalho, pretende-se apenas apresentar esses temas de modo exploratório. Além disso, uma análise mais extensa deveria englobar a visão que outras religiões de grande significação mantêm sobre esses problemas.

Torna-se imprescindível que tais temas sejam estudados de modo cada vez mais profundo. É sabido que as grandes visões religiosas não só mobilizam grande parte da população mundial, como se mostram decisivas nas deliberações diárias de milhões e milhões de pessoas e de famílias. Os valores espirituais representam um componente essencial do capital social de uma sociedade, além de constituírem simultaneamente um fim em si mesmo.

## II. A VISÃO SOCIAL DA BÍBLIA

O Antigo Testamento, o Torá (instrução), que constitui a base do judaísmo e texto fundamentador reconhecido pelo cristianismo e outras religiões, ocupa-se ativamente dos grandes temas econômicos e sociais do gênero humano. Concentra o foco de sua atenção em questões como a pobreza, a exclusão social, as desigualdades, as responsabilidades da sociedade diante desses temas, bem como as do indivíduo e as ações moralmente corretas. Tal preocupação se materializa em claros princípios norteadores e em orientações de conduta. Contudo, o texto bíblico não se limita a isso. Vai muito além, estabelecendo normas pormenorizadas destinadas a assegurar nos atos a fidelidade aos princípios proclamados. Desse modo, converte-se numa densa e riquíssima fonte de doutrina e de legislação econômica e social. Por outro lado, a Divindade expressa a sua vontade e a transcendência que atribui a essa visão, por meio de figuras humanas concretas, os Profetas, os quais, em meio às circunstâncias mais adversas, demonstrando enorme coragem e integridade total, chamam a atenção dos poderosos, e do próprio povo, para a imprescindibilidade de que sejam cumpridas as normas éticas prescritas pela Divindade e para a certeza dos males que acontecerão, em caso de desobediência. Moisés, Isaías, Jeremias, Amós, Oséas, Ezequiel, além de muitos outros, foram além da transmissão da idéia, com a entrega de suas próprias vidas, convertendo-se assim em referências centrais de seu tempo, e de apreciável parte do gênero humano.

Entre as visões fundamentais suscitadas pelo texto bíblico ao gênero humano, acham-se as seguintes:

### *1. A idéia da responsabilidade de um pelo outro.*

Os seres humanos têm a obrigação ética de velar por seus semelhantes, partindo-se do princípio de que a solidariedade não é uma opção, mas um mandato. No livro de Levítico, a Divindade prescreve: “E amarás a teu próximo como a ti mesmo” (19:18). Agir deste modo na vida cotidiana não merece reconhecimentos especiais, faz parte da vida humana. Um importante pensador judeu contemporâneo, o Rabino Abraão Y. Heschel (1987) declara que tal comportamento representa simplesmente “a maneira de viver corretamente”.

### *2. A pobreza deve ser erradicada*

Segundo a Bíblia, a pobreza não é inevitável, não se enquadra na vontade divina. Muito ao contrário. O desígnio é de que o ser humano tenha plenas possibilidades de realização. Diz o texto que “Não haverá em teu meio necessitado algum” (Deuteronômio 15:4). O eminente analista bíblico Yeshahahu Leibowicz (1998) ressalta que tal declaração “não deve ser entendida como uma promessa divina, mas como uma exigência imposta ao homem. Devemos evitar criar uma realidade em que haja indigentes entre nós.” De modo

geral, acentua que os Profetas não são oráculos, não dizem o que vai acontecer, mas sim o que deveria suceder.

### *3. A dignidade do pobre deve ser preservada por todos os meios*

Segundo o texto bíblico, os pobres são seres humanos absolutamente iguais a todos os demais, pois a pobreza não lhes reduz em coisa alguma o caráter de criaturas criadas pela Divindade, à sua imagem e semelhança. A mensagem bíblica mostra-se, pois, oposta à tendência usual nas sociedades atuais de desvalorizar o pobre. Ela salienta inclusive que aqueles que se aproveitam dos órfãos, das viúvas, dos estrangeiros e dos pobres, que são as figuras de exclusão na Antigüidade, terão de defrontar-se com a própria Divindade. Ela protege de modo todo especial os pobres.

É de tal modo vigorosa a defesa da dignidade humana do pobre, que impõe a este uma obrigação aparentemente incompreensível. Os textos dizem que até mesmo quem é muito pobre também deve ajudar alguém que seja mais pobre ainda. Pergunta-se por que razão, estando ele nessa difícil condição, se lhe exige que ajude os outros. A resposta é que não se quer privar o pobre de uma obrigação que é fundamental para a idéia da dignidade humana: a da solidariedade com seus semelhantes.

### *4. Evitar as grandes desigualdades*

A idéia de igualdade é essencial ao texto bíblico. Antes de mais nada, todos os seres humanos são iguais no que é mais importante. O monoteísmo bíblico proclama que só há uma Divindade. Não existem divindades superiores ou inferiores, dependendo do grupo de seres humanos. Há somente uma, comum a todos, diante da qual não há diferenças nem possibilidade alguma de influenciá-la num ou noutro sentido. As grandes desigualdades foram geradas pelas sociedades, não fazem parte do desígnio divino. Buscando preveni-las, a Bíblia estabelece uma legislação detalhada que cobre aspectos diversos. Entre as suas disposições, acham-se a remissão das dívidas a cada sete anos, o ano sabático da terra (durante o qual é suspensa a propriedade do solo, de modo a permitir que os pobres tenham acesso aos seus frutos), a proteção daquele que trabalha ao longo de instituições múltiplas (o pagamento do soldo no tempo apazado, as previsões de aposentadoria, o descanso sabático e outras), bem como o jubileu. Por ocasião deste último, a cada cinqüenta anos, o bem mais importante da Antigüidade, a terra, devia voltar à sua distribuição original, tal como efetuada nos tempos de Moisés, em que a terra foi repartida entre as tribos e clãs, de acordo com o número de membros de cada família. Tem grande força no texto bíblico a idéia de que a terra foi dada para ser compartilhada, como nos demonstra o Levítico (25:23), que diz: “A terra, portanto, não pertencerá para sempre àquele que a comprar, porque a terra é minha, uma vez que vós sois estrangeiros e forasteiros em relação a mim”.

### *5. A sociedade deve organizar-se para combater a pobreza e abrir oportunidades*

A idéia de política pública, de ação coletiva da comunidade diante dos problemas econômicos e sociais, constitui algo de importância central no texto bíblico. Nessa condição, ela indica diretrizes a serem seguidas pela organização social, muitas das quais buscam evitar arbitrariedades e assegurar uma boa governança, ao mesmo tempo que determina prescrições detalhadas nos campos básicos. Entre outras, estabelece um dos mais antigos sistemas fiscais da história, mediante instrumentos como o dízimo (percentual de 10% da produção, destinado ao sustento dos sacerdotes, órfãos, viúvas e estrangeiros); regulamentos

do mercado que buscam assegurar o preço justo, a boa qualidade dos produtos e a impossibilidade de práticas corruptas; regras para o respeito ao mercado de trabalho, que prenunciam o direito do trabalho, além de normas que asseguram a equidade no funcionamento da justiça e a proteção dos direitos dos mais fracos.

A tudo isso se acrescentam instituições para assegurar a proteção dos enfermos, o acesso das crianças à educação, a assistência aos anciãos, e até mesmo a introdução de vigorosas medidas de promoção de empréstimos aos pobres. Na qualidade de instrumentos pioneiros do microcrédito e da assistência à pequena e média empresa, tais medidas são vistas hoje como estratégias fundamentais em matéria de desenvolvimento social. O grande sábio Maimônides, ao interpretar a Bíblia, da qual é um dos maiores intérpretes, estabeleceu no século XI uma hierarquia de oito níveis para a ajuda aos outros, segundo o grau de autenticidade, de anonimato e de efetividade do auxílio. O mais elevado de todos consiste em “ajudar o próximo de tal modo que este, quando não precisar mais da ajuda, possa entrar em sociedade com o primeiro ou até mesmo oferecer-lhe um empréstimo.” O acesso real ao crédito, sob a forma de empréstimo para atividades produtivas, aparece na Bíblia como um mandato moral imperativo.

#### *6. O voluntariado constitui uma obrigação ética.*

Paralelamente a uma ação comunitária sistemática, o texto bíblico prescreve a necessidade de uma conduta individual solidária na vida cotidiana. Como nele não se permite a possibilidade de delegar ao estado ou ao mercado a resolução dos problemas sociais, cabe a cada pessoa trazer sua contribuição. Apregoa o voluntariado como forma de vida, para nos valermos da expressão moderna. No Talmude, em que se acumulam séculos de interpretação da Bíblia, considera-se que a tzedaka, a saber, a ação solidária, “se iguala em importância a todos os outros mandamentos combinados” (Bava Bathra, 9ª, Talmude Babilônico). Os comentadores talmúdicos enfatizam (Jinuj 478): “Se, estando em condições de ajudar alguém que é pobre, deixares de fazê-lo, estarás transgredindo um comando da Bíblia.”

A noção bíblica não se limita a penalizar a ação que cause prejuízos a outrem. Vai muito além, pois impõe o voluntariado, a conduta proativa de ajuda, além de considerar a omissão como um erro grave, quando houver condições para atuar. Exclui quaisquer formas de insensibilidade, tanto ativas como passivas. É imperioso agir, diante do sofrimento do próximo. O Levítico (19:16) ensina: “não ignores o sangue de teu próximo”.

Das concepções anteriores e de muitas outras que se poderiam acrescentar, surge uma mensagem que tem plena vigência para os problemas de nossos tempos, não obstante sua longevidade. Essa poderosa mensagem espiritual e ética tem sido e continua sendo, no transcurso de gerações, reinterpretada pelo povo judeu e por homens e mulheres de muitas religiões, motivo por que já se converteu num farol orientador para amplos setores do gênero humano. Em face da agenda dos grandes contrastes de nossos tempos, tal mensagem vem sendo desfraldada freqüentemente em defesa dos excluídos, dos discriminados, das crianças, mulheres e famílias, da proteção ao meio ambiente e dos direitos humanos, e das grandes causas universais. Diante das ambigüidades e injustiças, que permeiam a realidade contemporânea, ressoa com grande força a exigência dos Salmos, quando dizem (Samo de Aspah, Salmo LXXXII: 3): “Fazei justiça para com o pobre e o órfão, julgai com equidade o aflito e o carente. Aliviai o aflito e o necessitado.”

### III. A IGREJA DIANTE DO DESENVOLVIMENTO E DA GLOBALIZAÇÃO

Inspirada nos ensinamentos de Jesus e seus discípulos, bem como no Velho e Novo Testamentos, a Igreja Católica desenvolveu um vigoroso pensamento, para defrontar-se com os grandes temas econômicos e sociais de hoje. Nas décadas recentes, as encíclicas pioneiras do Papa João XXIII, após realizarem uma análise percuciente da realidade internacional, formularam a propósito dos candentes temas sociais alguns princípios norteadores que tiveram grande impacto universal. Desde então, a Igreja vem adotando, cada vez com mais ênfase, o que chamou de “opção preferencial pelos pobres.” O Papa João Paulo II inseriu os temas sociais no cerne de suas prédicas cotidianas e, com grande persistência e combatividade, voltou o foco de sua visão espiritual e teológica para a maioria dos dramas de exclusão de nosso tempo. Suas encíclicas sobre a matéria se converteram em pilares do pensamento social contemporâneo. A atitude da Igreja trouxe para o centro do cenário internacional o debate sobre as relações entre ética e economia, os impactos da globalização, o tipo de desenvolvimento desejável e outras áreas de preocupações fundamentais. Além disso, e de forma cada vez mais ativa, a Igreja provocou com suas reflexões alguns pontos de orientação, que entregou à consideração coletiva e que tiveram enorme ressonância sobre o que devem ser regras justas nas relações econômicas entre o Norte e o Sul.

Serão indicadas a seguir, de modo sintético, algumas das principais posições adotadas pela Igreja com referência aos temas de desenvolvimento e globalização, e recorrendo principalmente à voz de seu condutor, o Papa João Paulo II.

#### *1. A economia deve estar a serviço dos seres humanos*

Segundo a Igreja, não se pode perder de vista que a economia não constitui um fim em si mesma, visto que ela é apenas um meio, embora da mais alta relevância, que deve permanecer a serviço de fins superiores, dentre os quais o desenvolvimento do homem. João Paulo (2000) convidou “os economistas e profissionais financeiros, bem como os líderes políticos, a reconhecer a urgência de que se assegure que as práticas econômicas, e as políticas a elas vinculadas, tenham como meta o bem de cada pessoa e da totalidade da pessoa.” Acrescentou ele ainda que “uma economia que ignore essa dimensão ética não pode realmente ser chamada de economia, entendida esta como uma utilização racional e construtiva da riqueza material.”

Para a Igreja, a realidade se encontra muito distante da situação desejável. O segundo Concílio do Vaticano (1965) retratou-a, valendo-se de uma expressão que ainda mantém plena vigência, à luz das tendências observáveis: “Jamais dispôs o gênero humano de tantas riquezas, tantas possibilidades, tanto poder econômico. E, no entanto, uma parte considerável da humanidade sofre de fome e de miséria, enquanto multidões imensas não sabem ler nem escrever.”

#### *2. Aplicar os princípios norteadores*

Para o Cristianismo, todos os seres humanos são irmãos e irmãs entre si, por filiação divina, motivo por que a humanidade deve considerar-se uma grande família global. Portanto, as relações entre seus membros devem ser sempre regidas pela solidariedade, misericórdia e amor, todos eles atributos da Divindade, a cuja imagem e semelhança foi criado o ser humano.

Assim sendo, como sublinha João Paulo II, na encíclica a propósito do Centesimus Annus, torna-se perfeitamente legítima a exigência, por parte dos pobres, de “ter o direito de participar e gozar dos bens materiais e de fazer frutificar sua capacidade de trabalho.” Tal possibilidade deve ser vista como uma grande oportunidade espiritual e econômica aberta a todos os homens. O Papa ressalta ainda que “A promoção dos pobres constitui uma grande ocasião para o crescimento moral, cultural e até mesmo econômico de toda a humanidade.” A ética distributiva a que se referiu em detalhe Santo Tomás de Aquino (Summa Theologica II-II Q 66 A 7) – recordando que “o pão que deténs pertence ao faminto” – deveria exercer forte peso no funcionamento econômico. Os elevadíssimos níveis de desigualdade, inclusive no que diz respeito aos Continentes, contradizem abertamente essa ética. Este é o caso, por exemplo, da América Latina, que o Bispo Irizar (1994) tão bem caracterizou, ao assinalar que “para nosso próprio escândalo constitui ao mesmo tempo o Continente mais desigual e o mais católico.”

### *3. Existem riscos muito sérios no funcionamento atual da economia mundial*

Sob outros aspectos, a situação atual apresenta-se como plena de oportunidades, dado o acelerado progresso do conhecimento científico-tecnológico e as possibilidades de integrações econômicas regionais, embora ao mesmo tempo impregnada de riscos de grande envergadura. Entre estes, avultam as angustiantes disparidades entre o norte e o sul, o “financiamento”, um desenvolvimento vertiginoso, em que a especulação e as manobras financeiras substituem o trabalho como fonte produtora de riqueza, com graves conseqüências regressivas, a visão reducionista do ser humano como “*homo economicus*” e a idealização do mercado. Com respeito a este último, aliás, previne o Papa (Centesimus Annus) que “muitas necessidades humanas não têm lugar no mercado”, e adverte que “quando se passa a ver no homem mais um produtor ou consumidor de bens do que um sujeito que produz e consome para viver, é sinal de que a liberdade econômica perde a sua relação necessária com a pessoa e acaba por aliená-la e oprimi-la.

### *4. Necessidade de regras éticas para a globalização*

A nova economia mundial apresenta-se com um grande potencial de progresso, capaz de melhorar consideravelmente as capacidades produtivas do gênero humano, embora possa igualmente acentuar ainda mais as colossais desigualdades atuais, alijando boa parte do gênero humano. Para enfrentar o problema, a Igreja lançou no início do novo milênio o movimento do jubileu. Retomando a instituição bíblica conhecida sob esse nome, que encerrava muitas normas destinadas a proteger o exercício da equidade, a Igreja defendeu energicamente a instituição de uma ética para a globalização. Reclama ela (1998a) contra o que chamou de “uma injustiça social em nível global”. Entre seus componentes, encontram-se a condenação total ou parcial da dívida externa dos países mais pobres, que se vêem desse modo condenados por gerações a sofrimentos enormes para a maioria de suas populações; a redução das fortes barreiras protecionistas e das políticas discriminatórias, que impossibilitam aos países em desenvolvimento exportar seus produtos para os países ricos; o incremento da ajuda internacional, que hoje se apresenta em seu mais baixo patamar em várias décadas. Eis por que o Papa João Paulo II pede insistentemente que se “globalize a solidariedade”. Adverte ainda que, “para prevenir que a globalização da economia produza os resultados danosos de uma expansão descontrolada de interesses privados ou de grupos, é de todo necessário que ela venha acompanhada de uma cultura global de solidariedade, atenta às necessidades dos mais débeis.”

### *5. Proteger os direitos econômicos e sociais*

A dignidade do ser humano exige que ele tenha direitos plenos ao trabalho, acesso à proteção de sua saúde, à educação, à proteção da família, bem como a outros direitos econômicos básicos. Colocar em dúvida a legitimidade desses direitos, ou barganhá-los, constitui uma violação dessa dignidade que não se pode ignorar. Pede o Papa (1998b) que haja uma posição proativa a esse respeito: “é importante repudiar qualquer intento de negar a esses direitos uma real condição jurídica. Importa repetir igualmente ser necessário engajar a responsabilidade comum de todas as partes – autoridades públicas, setor empresarial e sociedade civil – para assegurar a sua aplicação total e efetiva”.

### *6. Os pobres devem ser a prioridade*

Uma das orações básicas da fé cristã, ensinada pelo próprio Jesus Cristo, dirige à Divindade este pedido: “Dá-nos hoje o pão nosso de cada dia”. A Divindade pôs à disposição dos seres humanos tudo o que era necessário para que assim fosse. Apesar disso, quase metade do gênero humano carece dos bens mais imprescindíveis. São extremos os danos produzidos pela pobreza. De modo realista, o Papa (1999a) previne que “O problema da pobreza é algo que não se pode deixar para amanhã”. De fato, muitos dos efeitos por ela produzidos são irreversíveis mais tarde, como os que provêm da desnutrição infantil, da desarticulação de famílias, das enfermidades ligadas à miséria, da desocupação prolongada. Como ressaltado pelo Bispo Diarmuid Martin (2000), a pobreza impossibilita que os seres humanos possam ser “essa imagem de Deus em cuja semelhança foram criados”, motivo por que ele destaca que “as situações de pobreza extrema constituem uma ofensa à dignidade da pessoa humana” e também à Divindade.

A grande indagação, formulada pelo Papa há mais de uma década (1990), continua ecoando, cada vez mais atual: “Quando se trata da renegociação da dívida externa, da regulação dos mercados ou dos programas de ajuste, será que se presta atenção suficiente ao bem-estar dos mais pobres, que deveriam ser a verdadeira prioridade?”

A doutrina social da Igreja foi atualizada plenamente para responder aos novos tempos. As diretrizes bíblicas e a mensagem de Jesus foram concebidas para dialogar com um mundo marcado por fortes contradições. A ênfase social foi acentuada de modo crescente, no sentido de responder ao clamor de vastos setores excluídos do direito ao desenvolvimento. A mensagem assume o tom de denúncia, coloca no centro de debate mundial as numerosas formas da exclusão social, embora ao mesmo tempo venha adquirindo conteúdos cada vez mais propositivos. Sugere largas diretrizes para a construção de uma economia internacional que corresponda a essas normas éticas, bem como economias nacionais de perfil mais humano. Trata-se, em definitivo – como já havia expressado João Paulo II (1999b), ao renovar a idéia do Jubileu -- de impulsionar “uma nova cultura de solidariedade internacional e de cooperação, na qual todas as partes, especialmente as nações ricas e o setor privado, aceitem responsabilizar-se por um modelo econômico que sirva a todos”. Essa visão de um modelo para todos, completamente abrangente, posta a serviço de todos os seres humanos e de cada um deles em sua integridade, constitui uma enorme contribuição ao futuro do gênero humano.



#### IV O IMPACTO DO CHAMADO DE ALERTA DAS RELIGIÕES

Tanto o Velho e o Novo Testamentos como o judaísmo e o cristianismo têm uma visão da realidade que prioriza a necessidade de enfrentar o sofrimento cotidiano de grandes setores da humanidade, num mundo em que a possibilidade de bem-estar parece encontrar-se fora do alcance. Tal sofrimento atinge proporções enormes. Estima-se (Pogge 2002) que 18 milhões de pessoas morrem prematuramente, a cada ano, por razões ligadas à pobreza, cifra essa que corresponde a nada menos que à terça parte de todas as mortes. São 50.000 mortes gratuitas por dia, dentre as quais cerca de 30.000 crianças menores de cinco anos de idade. Por outro lado, a disparidade de rendas de uns e outros alcançou níveis que as Nações Unidas (1999) qualificaram de “grotescos”. O conjunto dos ativos globais das três pessoas mais ricas do mundo é superior à soma do Produto Nacional Bruto dos 48 países menos adiantados do globo.

Que impacto poderá ter a visão religiosa diante dessas situações? Em que medida poderá ela contribuir de modo concreto para melhorar essas realidades?

Em primeiro lugar, como já foi mencionado, a visão do judaísmo e do cristianismo, à semelhança do que ocorre com outras religiões, une integralmente a visão com a ação. A vivência religiosa integral conduz naturalmente à necessidade interna de ajudar o próximo, de mostrar-se coerente com a mensagem de amor transmitida pela Divindade. Mobilizados por esse compromisso interno, milhões e milhões de pessoas praticam a solidariedade ativa, baseadas em suas convicções religiosas e incorporando-se a organizações voluntárias, vinculadas à sua fé ou de outra natureza. Cresceu muito rapidamente o mundo das atividades sociais voluntárias ligadas às religiões, a ponto de desempenhar hoje um papel significativo na grande expansão do movimento voluntário em todo o mundo, tendo chegado, segundo algumas estimativas, a gerar mais do que 5% do Produto Bruto em diversos países desenvolvidos e a cumprir um papel relevante em muitos países em desenvolvimento.

Tem-se aqui um exemplo de impacto direto. A mobilização de amplos setores, mediante a doação de horas de trabalho, a contribuição de seus conhecimentos, a coleta de recursos e muitas outras modalidades de ajudar seres humanos concretos. Não modifica os problemas estruturais da pobreza, mas salva muitas vidas todos os dias. Representa, portanto, um valor inestimável, além de transmitir uma mensagem poderosa. O texto talmúdico acentua: “Quem salva uma vida é como se salvasse toda a humanidade” (Talmud Ierushalmi, Sanhedrin, cap. 4, 22a).

Bastaria isso para concluir que as religiões produzem um impacto humanitário de primeira ordem. Há, contudo, um outro conjunto de implicações muito especiais na posição que as religiões adotaram em matéria social. Amplos setores delas se converteram em advogados de fato da causa dos pobres. A “opção preferencial pelos pobres” da Igreja Católica, bem como a concepção de justiça social dos Profetas hebreus se erguem para representar os que se tornaram quase invisíveis, e que são muito pouco ouvidos na hora das grandes decisões.

Em primeiro lugar, a visão social das religiões sustenta que é necessário recuperar na vida cotidiana os valores éticos que constituem os fundamentos que dão sentido à vida pessoal, familiar e à história. Os referidos valores não representam uma imposição, pois fazem parte da natureza da criatura humana, e é justamente a sua promoção que permite aos seres humanos

alcançar a sua harmonia interior e a sua plenitude. Entre tais princípios se encontram o amor, a solidariedade, a justiça, a retidão, a superação das discriminações de etnia – de gênero e de cor – uma outra índole, o respeito aos anciãos, a proteção das crianças, o fortalecimento da família, a eliminação da corrupção, a integridade, a autenticidade, a verdade, a humildade. O seu exercício é de natureza relacional, e pode levar ao que Martín Buber (2000) chamava de “Encontros entre um eu e um tu”, isto é, os espaços nos quais a plenitude parece estar mais próxima.

Em segundo lugar, postula que existe uma contradição muito forte entre o discurso a respeito desses valores, que é quase consensual: todos aceitam a sua importância e a necessidade de praticá-los, entretanto situações diárias os agridem com a maior frequência. Tal é o caso, dentre outros exemplos, do discurso segundo o qual as crianças devem vir em primeiro lugar, da garantia de que lhes é devida a máxima proteção, do acesso a uma estrutura familiar sólida, de educação e saúde. E, no entanto, as cifras indicam que se trata do setor mais carente do mundo, cujas médias de pobreza superam as correspondentes médias globais. Em muitos casos, as suas famílias são desarticuladas diante do embate da pobreza. Existe uma gigantesca população de crianças que se vêem obrigadas a trabalhar, constituindo uma “escravidão forçada”, para utilizarmos a expressão usada pela Organização Internacional do Trabalho. Aumenta o número de crianças abandonadas que vivem nas ruas de numerosas cidades dos países em desenvolvimento, condenadas a uma morte prematura. São enormes os contingentes dos que não têm acesso às proteções básicas de saúde, sendo que muitos deles nem completam os primeiros anos da escola, por falta de condições mínimas. Em vastas zonas do planeta, as crianças não são as primeiras, mas as últimas. A visão social das religiões analisadas registra de modo inequívoco contradições dessa magnitude entre os valores éticos proclamados e o resultado das práticas concretas.

Em terceiro lugar, tanto o judaísmo como o cristianismo compartilham uma concepção muito definida a respeito da propriedade dos bens materiais. Segundo tal visão, a Divindade concedeu aos seres humanos riquezas naturais incontáveis, bem como plenas possibilidades de explorá-las e desenvolvê-las. Mas o mandato estipula também que esses bens devem ser compartilhados, pois pertencem em última análise à Divindade. À medida que os utilizem para o bem coletivo, os homens serão tidos como bons administradores dos bens entregues pela Divindade, que assim se verão multiplicados. Uma reconhecida autoridade talmúdica, Steinzaltz (1985), propõe em contraposição que, se não os compartilham nem praticam a solidariedade, por se julgarem arrogantemente os criadores exclusivos das referidas riquezas, os homens caem na prática da idolatria, desdenhando a Divindade, ao se colocarem a si mesmos como a origem de tudo. A doutrina católica, como a judaica, reconhece a propriedade privada e a vê, como assinala Martín (2000), numa situação de diálogo com os princípios do destino universal dos bens criados. A propriedade privada se encontra de fato sob a forma de hipoteca social, o que significa que ela exerce uma função intrinsecamente social.” Este o motivo por que o Papa João Paulo II (1999c) ressaltou, por exemplo, que os direitos privados no âmbito da propriedade intelectual devem ser delimitados por considerações do bem comum. Disse ele que “não se pode aplicar unicamente a lei de benefício econômico a algo que se revela essencial para a luta contra a fome, a enfermidade e a pobreza.”

Em quarto lugar, partindo destas e de outras bases, as mencionadas visões, que constituem um chamamento à ação transformadora, consideram que a maior ameaça está na insensibilidade. As injustiças sociais dizem respeito a todos. Não constituem problemas pessoais dos pobres. Ao contrário, são problemas coletivos, que põem a nu profundas falhas éticas em nossas sociedades. O Papa João Paulo II (1990) menciona “que as causas das exclusões não são naturais, mas mortais.” Assinala ele que não se pode ignorar o papel misterioso do pecado dos homens nos atentados à solidariedade, de que padece uma grande parte da humanidade. A passividade ou inação formam parte destes pecados. A coerência exigida requer atuação.

Estes chamados a colocar no centro aquilo que sempre deveria ter estado lá, isto é, os valores éticos; a deixar à mostra as hipocrisias cotidianas, que revelam uma enorme distância entre os valores e as práticas; e a atuar – são todas mensagens que caem no vazio, sem possibilidade de conseqüências práticas.

A realidade parece indicar o contrário. As demandas provocadas por essas mensagens acham-se perfeitamente ao alcance, caso haja uma firme vontade ética.

As disparidades entre os países ricos e os pobres já atingiram tal nível que, mediante modificações mínimas, poder-se-iam alcançar resultados enormes. Jeffrey Sachs (2003) calcula que por menos de 1% da renda anual dos países ricos seria possível garantir que todos os pobres tivessem água potável e saneamento, que todas as crianças pobres pudessem ir à escola, e que se proporcionasse financiamento adequado à luta contra a Aids, a Tuberculose e a Malária. Estima-se que a cada ano os países pobres perdem cerca de 700 bilhões de dólares de exportações potenciais, devido às barreiras protecionistas dos países ricos. Por seu turno, Hopenhayn (2003) estima que, para amortizar em 20 anos o custo de cancelar a dívida externa dos 52 países mais pobres, bastariam menos de 4 dólares mensais para cada habitante dos países ricos. Ele assinala também que se nos últimos três anos se tivesse perdoado a dívida externa dos 20 países mais pobres, e se esse dinheiro assim poupado tivesse sido investido em saneamento público, poderiam viver hoje 21 milhões de crianças que morreram por falta de atenção.

Apesar de tudo isso, o montante da ajuda para o desenvolvimento, provinda dos 22 países ricos que compõem a OCDE, reduziu-se proporcionalmente, ao invés de aumentar. Em 1969, a ONU determinou que o valor global de tal ajuda não deveria ser inferior a 0,7% do Produto Bruto dos referidos países. De 1990 a 1992, tal cifra havia baixado para somente 0,30% e, no ano de 2001, mal alcançava o patamar de 0,22%.

Diante dessas cifras, conserva a mais alta validade a insistência da igreja e das outras visões sociais religiosas, a propósito de matérias como as mencionadas: dívida externa, protecionismo, ajuda para o desenvolvimento. Se houvesse progressos nessas frentes, poderiam ser decisivas as melhoras para a vida de milhões e milhões de pessoas.

Por outro lado, essas conclamações são compartilhadas por amplos setores dos próprios países ricos. Segundo um recente relatório da OCDE (2003), metade dos cidadãos residentes naqueles países acreditam que deveria ser aumentada a ajuda para o desenvolvi-

to. Por sua vez, e já em nível planetário, uma investigação recente (Banco Mundial 2003), após ouvir a opinião de líderes de todos os setores de numerosos países, revelou que uma maioria avassaladora, de mais de 70% dos consultados, considerava crucial combater a pobreza para alcançar a paz mundial e reduzir as tensões globais.

Não estão isoladas as vozes que se originam da visão social religiosa do judaísmo, do cristianismo e de outras religiões. Existe latente, em amplos setores, a mesma percepção de que a contradição ética tem de ser corrigida com urgência. Não resta dúvida de que a mensagem permanente das religiões, nesse sentido, muito contribuiu para tal percepção.

Juntamente com seu trabalho direto em prol dos desfavorecidos, essas visões sociais exercem um outro grande impacto de projeções inestimáveis: estão apresentando o “caso ético” aplicado ao conjunto do gênero humano. Não é admissível que num mundo dotado de tantas possibilidades haja tanta dor diária para tantos. A economia não está funcionando, como deveria, “para todos os seres humanos, e para a integridade de cada ser humano.” Esta consciência vigilante, denunciadora, e cada vez mais propositiva de amplos núcleos religiosos, suscita perguntas cujas respostas não podem mais ser adiadas.

## REFERÊNCIAS

- BUBER, Martín. I and You. [Eu e Você]. Scribner Classics Edition. (2000)
- HESCHEL, Abraham Joshua. God in search of man [Deus em busca do homem]. Meridien Books and the Jewish Publication Society of America. (1959)
- HOPENHAYN, Martin. La dura danza de la finanza [A Difícil Dança das Finanças]. Santiago de Chile. (2003)
- IRIZAR CAMPOS, Miguel, (Bispo Peruano). La visión social del crecimiento. [A Visão Social do Crescimento]. Incluído em Hacia un enfoque integrado del desarrollo, la ética, la economía y la cuestión social. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington. (1994)
- JOÃO PAULO II. Address to the Pontifical Council Cor Unum. [Discurso perante o Conselho Pontifício Cor Unum]. 19 de novembro. (1990)
- JOÃO PAULO II Address to the Congress for pastoral promotion of Human Right [Discurso para o Congresso de Promoção Pastoral dos Direitos Humanos], julho, (1998b)
- JOÃO PAULO II Address to Members of the Vatican Foundation “Centesimus Annus [Discurso aos Membros da Fundação Centesimus Annus do Vaticano] – Pro Pontifice “. 9 de maio. (1998a)
- JOÃO PAULO II Address at Elk [Discurso na cidade de Elk], Polônia, 8 de junho (1999a).
- JOÃO PAULO II Address to the Jubilee Debt Campaign [Discurso na Campanha para o Perdão da Dívida Externa]. (1999C)
- JOÃO PAULO II Address of the Holy Father to the participants in the convention organized by the Foundation Centesimus Annus. [Discurso do Santo Padre aos participantes da convenção organizada pela Fundação Centesimus Annus] – Pro Pontifice, 11 de September. (1999b)
- JOÃO PAULO II Message for the celebration of the World Day of Peace.[Mensagem pela celebração do Dia Mundial da Paz]. (2000).
- LEIBOWITZ, Yeshayahu Brief commentaries on the Torah. [Breves Comentários sobre o Torá]. Israel. (1999).
- MAIMONIDES. Mishneh Torah (Codification of Jewish Law). [Codificação da Lei Judaica], Capítulo 9, Leis 1-3.
- MARTIN, Diarmud. La iglesia y los problemas económicos y sociales medulares de nuestra época. [A Igreja e os problemas econômicos e sociais centrais de nossa época] Incluído em Bernardo Kliksberg (editor). Ética e Economia. A Relação marginalizada. Editorial El Ateneo, Buenos Aires. (2002).
- PAULO VI. Octogésima Adveniens, 42. (1971)
- OCDE. Special research report. [Relatório sobre pesquisa especial] Paris. 28 de abril. (2003).
- SACHS, Jeffrey. Asegurar el futuro en la cumbre de Evian. [Garantir o futuro na cúpula de

Évian] El País, España, 2 de junho. (2003)

STEINZALTZ, Adin. The essential Talmud [O Talmude Essencial] Bantam Books. New York. (1976).

UNDP. Human Development Report [Relatório sobre Desenvolvimento Humano] New York. (1999).

VATICANO I Assembléia do..Pastoral Constitution. [Constituição Pastoral] Claudium et Spes. Vatican Library Editrice (1965).

World Bank [Banco Mundial]. Voices of the poor [Vozes dos pobres]. Washington DC. (2000).

World Bank [Banco Mundial]. Press release.. Fighting poverty a key to achieving world peace and lowering global tensions. [Comunicado à imprensa. O Combate à pobreza como elemento-chave para assegurar a paz mundial e reduzir as tensões globais]. 5 de junho (2003).

## SOBRE O AUTOR

Bernardo Kliksberg obteve cinco títulos universitários, entre os quais dois Doutorados, em Ciências Econômicas e Ciências Administrativas. A Universidade de Buenos Aires outorgou-lhe as suas distinções máximas, a Medalha de Ouro e, por duas vezes, o Diploma de Honra.

Prestou serviço de assessoramento a mais de 30 países e a diversos Presidentes, em áreas críticas de desenvolvimento.

Foi Assessor da ONU, BID, UNESCO, UNICEF, OIT, OEA, OPS e outros organismos internacionais. Entre outros encargos de responsabilidade, foi Diretor do Projeto da ONU de Modernização Estatal para a América Latina.

Escreveu 40 livros e centenas de artigos técnicos que provocaram forte impacto internacional. Teve obras traduzidas para o inglês, português, chinês, russo, árabe, hebreu, francês e outros idiomas. Muitas de suas obras alcançaram numerosas edições.

É considerado o pioneiro de uma nova disciplina, a de gerência social, que se difundiu em todo o Continente. É uma autoridade internacional reconhecida em matéria de capital social.

Lidera nesta região a reivindicação entre ética e economia. Dirige a Iniciativa Interamericana de Capital Social, Ética e Desenvolvimento (BID-Noruega), de grande repercussão, e da qual é um dos fundadores.

Em reconhecimento a seu papel de liderança internacional, foi designado Co-Relator Geral da Conferência Mundial sobre Gestão Social (Copenhague), Relator Geral do Congresso Mundial sobre reformulação do Estado (México). A Associação Internacional de Institutos e Escolas de Administração Pública designou-o Relator Geral de sua última Conferência Mundial (Miami, 2003).

Por sua trajetória e contribuições, foi condecorado por diversos governos e distinguido como cidadão e visitante ilustre por várias cidades (entre elas, Montevideu, Tucumán, Corrientes, Resistência e outras). Foi designado Professor Honorário, Professor Emérito e Doutor Honoris Causa de diversas universidades do Continente. Foi convidado a fazer conferências nas universidades de Harvard, Nova York, Georgetown, Califórnia do Sul, Birmingham, American University, Instituto de Ciências Políticas de Paris, Universidade Complutense de Madri, Universidade Hebraica de Jerusalém e muitos outros centros de excelência mundial.

Preside a Cátedra de Honra de Gerência Social (UBA-PNUD) e a nova Cátedra Buenos Aires de “Ética, cultura e desenvolvimento”, criada pelo Teatro San Martín.

Escreve regularmente para alguns dos principais periódicos do Continente, entre os quais: La Nación e El Clarín, da Argentina; La República, do Uruguai; O Globo e Valor Econômico, do Brasil; El Universal, de Venezuela; Reforma, do México; e muito outros.

Converteram-se em bestsellers internacionais as suas obras mais recentes, intituladas “Em Direção a uma economia com uma face humana” (2003) e “Mais ética, mais desenvolvimento” (2004). Entre suas obras traduzidas para o português, podem citar-se: “Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social” (Cortez Editora, UNESCO, 2001); “Desigualdade Na América Latina. O Debate Adiado” (UNESCO/Cortez, 2000); “América Latina: uma região de risco – pobreza, desigualdade e institucionalidade social” (UNESCO, 2000); “Repensando o Estado para o Desenvolvimento Social” (UNESCO/Cortez, 1998); “O Desafio da Exclusão” (FUNDAP, 1998).

*Traduzido por Oswaldo Biato, 8 de setembro de 2004]*



UNESCO – Representação no Brasil  
SAS – Quadra 5 – Bloco H – Lote 6  
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO – 9º andar.  
70070-914 – Brasília – DF – Brasil  
Tel.: (55 61) 2106-3500  
Fax: (55 61) 322-4261  
[www.unesco.org.br](http://www.unesco.org.br)